

Jornada única traz economia de R\$ 2,4 milhões ao mês ao TJ-SP

Com a [implantação da Resolução 850/2021](#), que regulamenta o teletrabalho no Judiciário de São Paulo, a direção do Tribunal de Justiça de São Paulo também adotou a jornada única de trabalho, das 9h às 17h. A medida entrou em vigor em 2 de maio e, segundo o tribunal, trouxe uma economia mensal de R\$ 2,4 milhões, em razão da redução do consumo de água e energia nas unidades judiciárias.

Antônio Carreta/TJ-SP



TJ-SP Fórum Criminal da Barra Funda, na cidade de São Paulo

A previsão do tribunal é de economizar quase R\$ 29 milhões ao ano. Mas, para além da redução de gastos, o presidente do TJ-SP, desembargador Ricardo Anafe, disse que a jornada única traz mais qualidade de vida aos servidores e magistrados. Com o fim do expediente às 17h, Anafe destacou que os funcionários têm mais tempo para se dedicar à família ou demais atividades.

"Das 9h às 17h, os Fóruns trabalham de dia. O custo para o servidor é muito menor do que era, o custo para o juiz é muito menor do que era, você ainda sai do trabalho de dia. São cinco horas da tarde, há um melhor aproveitamento, como ser humano, das suas atividades, de lazer, de esporte, de estudo, e em relação à família", afirmou ele.

Anafe também declarou que a medida não afetou produtividade do Judiciário paulista, que se mantém "elevadíssima" desde a implantação da Resolução 850/2021. "Quando o tribunal consegue economizar em energia e água, há um efeito imediato nas contas, mas é também um ato de conscientização", acrescentou o presidente.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Fernando Torres Garcia, também elogiou a jornada única de trabalho e disse que as desconfiças iniciais dos servidores já foram superadas: "Todos se adaptaram e estão tendo uma melhor qualidade de vida. Nossa maior preocupação quando estabelecemos esse horário foi pensando, também, no servidor".

Meta Fields